

A SEMÂNTICA DA ACÇÃO NA FIGURA DO HOMEM PRUDENTE (PHRONIMOS) À LUZ DA FILOSOFIA PRÁTICA DE ARISTÓTELES

Seminário de Doutoramento em Filosofia – IFP / Universidade da Beira Interior
– Covilhã, 30 Maio 2013

TEXTOS PROTOCOLARES

A **virtude** é uma **disposição electiva**, consistindo numa **mediedade** relativa a nós, determinada pela razão e pelo modo como a determinaria o **homem prudente** (...); por isso (...) **a virtude é uma mediedade**, mas <subent. é> também uma elevação [= saliência, eminência] respeitante ao que é excelente e bom.

ARIST., *EN*, II, 6, 1106b 36 – 1107a 8

Em primeiro lugar, digamos que essas disposições <subent. a prudência e a sabedoria> são necessariamente elegíveis por si mesmas, dado serem cada uma delas as virtudes de cada uma das partes <subent. da alma dotada de razão>, ainda que nenhuma delas nada **produza**. Apesar disso, também é certo que **produzem algo**. Não do modo como a medicina <subent. **produz**> a saúde, mas sim como a saúde <subent. a **produz** ela mesma>: tal é a forma como a sabedoria **produz** a felicidade, pois sendo uma parte da virtude como um todo, a sua aquisição e o seu exercício **produzem** felicidade. Para além do mais, **a obra <subent. do homem> só se aperfeiçoa de acordo com a prudência e a excelência de carácter**, pois enquanto a virtude **faz** recto o alvo [i.e. **produz** um fim recto = **torna** recto o fim] a prudência, por seu lado, [subent. **faz** rectos = **torna** rectos] os meios para o atingir.

ARIST., *EN*, VI, 12, 1144a 1-9

La *phronèsis* se trouve ainsi encadrée dans une liste de cinq «états», liste ramenée finalement à deux termes, *phronèsis* et *sophia*, l'*epistèmè* se laissant réduire à la *sophia* en vertu du critère épistémique du nécessaire. On retombe donc sur la coupure entre nécessaire et contingent, introduite précédemment par la division en parties de l'âme. Mais, cette fois, l'intérêt de la coupure est de faire se rejoindre l'*Éthique* et les *Analytiques*, autrement dit le pratique et l'épistémique: ce qui n'a rien de choquant pour un usage souple de la notion de vérité, usage familier aux logiciens contemporains qui ont rompu avec la rigueur frégréenne. Restent donc en lice deux séries: la série nécessaire – scientifique – démonstrative; et la série contingent – calculatrice – *orthos logos*. Mais Aristote ne tient pas le cap: (...) il fait intervenir un autre système de division, qui ne procède ni de la psychologie (âme), ni de l'épistémologie (science versus calcul) mais de la **constitution du champ pratique lui-même, à savoir le couple *praxis-poièsis***. La transition trouve sa **légitimité** dans le fait que **ces deux modalités du champ pratique relèvent de la même catégorie du contingent**. Cette **parenté épistémologique** apparaît plus clairement lorsqu'on montrera que **le jugement prudential est singularisant**; or la **poièsis, la production, ne l'est pas moins**. Sont également **en partage, entre pratique, au sens moral et politique du mot, et production, le rôle de la délibération, du raisonnement, de l'*orthos logos*, donc précisément l'intellectif**. Bien plus, une même visée véridative appartient aux deux modalités: (...) dans un cas comme dans l'autre, on se meut dans le **domaine du contingent**. Mais qu'est-ce que la **vérité du contingent?**»

RICOEUR Paul, «À la gloire de la *phronèsis* (Éthique à Nicomaque, Livre VI)», in *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI, op. cit.*, 17-18

PROTOCOLO DE ANÁLISE TEXTUAL:

- **escolha exercida no limite da contingencialidade**
- **limiar mediacional da experiência deliberante**
- **racionalidade prática como “prática da razão”**
- **acção discursiva explicita um logos com sentido**
- **semântica da acção do prudente**
- campo contextualizado > as **virtudes dianoéticas**
- realce para a **configuração mesomorfológica da prudência**

SINOPSE TOPOGRÁFICA

LIVRO VI *ETHICA NICOMACHEA*

DIVISÃO ORGÂNICA COTA TEXTUAL	CONTEÚDO FORMAL
I [1138b 18 – 1139a 17]	O horizonte mediacional da recta razão
1 <1138b 20-26>	O papel estocástico e mensurador da recta razão na delimitação mesomorfológica da virtude entre o excesso e o defeito
2 <1138b 35 – 39a 17>	Tipificação praxiológica da alma
a (1139a 1)	Diferenciação de dois tipos de virtudes: 1. éticas e 2. dianoéticas
b (1139a 5)	Divisão da alma em duas partes: 1. racional e 2. desprovida de razão
c (1139a 8-10)	A subdivisão da parte dotada de razão (1) pela qual percebemos: 1. os princípios necessários e 2. as coisas contingentes
3 <1139a 11-15>	Classificação da parte racional de acordo com a especificidade do conhecimento de cada objecto que lhe é apropriado por semelhança e afinidade: a) parte científica; e b) parte calculadora (= opinativa = reflexiva = ponderadora)

II [1139a 17 – 1139b 13]	Realização veritativa da alma na sua tríplice operatividade dianoética: 1. teórica, 2. prática e 3. produtiva
1 <1139a 17-18>	Três potências da alma que determinam a verdade e a acção
a (1139a 18)	sensação
b (1139a 18)	intelecto
c (1139a 18)	desejo
2 <1139a 32-35>	A boa acção [e o seu contrário] decorre da mediação da disposição electiva entre a inteligibilidade e o carácter
3 <1139a 35 – b 14>	A verdade como obra da inteligência 1. prática e 2. produtiva
III [1139b 14 – b 36]	As virtudes dianoéticas
1 <1139b 15>	Definição genérica de virtude dianoética: disposição pela qual a alma veritiza [= realiza a verdade]
2 <1139b 16-17>	Enumeração das cinco [virtudes dianoéticas]
a (1139b 16)	arte
b (1139b 16)	ciência
c (1139b 16)	prudência
d (1139b 17)	sabedoria
e (1139b 17)	intelecto
IV <1139b 18-29>	Caracterização da ciência
1 <1139b 23-24>	Conhecimento do necessário, eterno, ingénito e incorruptível
2 <1139b 25-26>	Saber capaz de ser ensinável e aprendível
3 <1139b 26-29>	O ensino parte do já conhecido por inferência ou por indução: 1. a inferência parte do universal; 2. a indução é princípio do universal
4 <1139b 31-32>	A ciência é uma disposição demonstrativa
V [1140a 1-23]	Caracterização da arte
1 <1140a 1-2>	O domínio do fáctico e o do prático têm por objecto o que pode ser de outra maneira (= contingente)
2 <1140a 7-10>	A arte é uma disposição racional para a produção; toda a disposição produtiva acompanhada de razão verdadeira é arte
3 <1140a 11-14>	Exercer uma arte implica produzir algo que a) pode ser ou não ser e b) cujo princípio está no executante e não no que é produzido
4 <1140a 20-23>	A arte é uma disposição produtiva acompanhada de razão verdadeira que tem por objecto o que é contingente
VI [1140a 24 – b 30]	Caracterização da prudência
1 <1140a 24-25>	Compreende-se a prudência contemplando o prudente
2 <1140a 26-28>	Deliberar bem sobre o que é conveniente para viver bem
3 <1140a 31-33>	Não se delibera a) sobre o que não pode ser de outra maneira nem b) sobre o que é impossível realizar

4 <1140b 2-6>	A prudência a) não é nem ciência nem arte, mas b) uma disposição racional verdadeira e prática c) acerca do que é bom e mau para o homem d) em vista do agir bem
5 <1140b 8-11>	É uma qualidade própria de administradores e políticos (p. ex. Péricles)
6 <1140b 11-12>	A moderação preserva a prudência
7 <1140b 25-28>	A prudência é a virtude da a) parte da alma b) dotada de razão que c) forma opiniões ponderadas no que se refere ao d) contingente
VII [1140b 31 – 1141a 8]	Caracterização do intelecto
1 <1140b 31-32>	A ciência é conhecimento do universal e necessário
2 <1140b 34>	O princípio do conhecimento científico não pode ser ciência
3 <1140b 35>	O conhecimento científico é demonstrável
4 <1140b 34 - 1141a 1>	O princípio da ciência não pode ser nem arte nem prudência porque estes incidem sobre o contingente
5 <1141a 7-8>	Resta o intelecto como disposição relativa aos princípios da ciência
VIII [1141a 9 – b 7]	Caracterização da sabedoria
1 <1141a 16-17>	A mais exacta das ciências é a sabedoria [= filosofia]
2 <1141a 17-18>	Ser sábio consiste em a) conhecer a partir dos princípios e simultaneamente b) pronunciar-se com verdade acerca dos princípios
3 <1141a 19-20>	A sabedoria é uma combinação de intelecto e ciência, ou seja uma ciência capital acerca dos objectos mais estimáveis
4 <1141a 20-21>	Limitações da arte política e da prudência face à sabedoria
a (1141a 24-25)	1. O sábio mantém-se sempre o mesmo no seu conhecimento; 2. o prudente varia na sua avaliação
b (1141a 27-28)	Certos bichos são dotados de prudência devido à capacidade de antecipação inteligente
c (1141a 29-30)	1. Sabedoria e política não são o mesmo: 2. a sabedoria não é conhecimento do útil para si mesmo
d (1141b 3-7)	Os sábios 1. não procuram bens humanos, mas procuram 2. conhecer o que há de mais admirável, difícil e sobre-humano, 3. mesmo que inútil [exs. Tales e Anaxágoras]
IX [1141b 7 - 23]	Reexame prospectivo da prudência
1 <1141b 8-9>	A prudência refere-se ao domínio a) das coisas humanas e b) da deliberação
2 <1141b 9-10>	A obra do prudente consiste em deliberar bem
3 <1141b 13-14>	Uma boa deliberação é certa se visar a) o domínio prático e b) o que é melhor para o homem c) com razoabilidade

4 <1141b 14-15>	A prudência deve conhecer a) não só o universal b) mas também o particular
5 <1141b 17-18>	A prudência é a) prática porque b) a acção diz respeito b.1) ao particular
6 <1141b 17-18>	No domínio da acção os que são a) desprovidos de saber mas que possuem b) experiência c) são mais práticos dos que os que sabem
7 <1141b 18-21>	Exemplo “poiético” [campo clínico] >> a) os que sabem [abstractamente] que as carnes ligeiras são saudáveis a.1) mas não conhecem quais as que são ligeiras a.2) não produzem saúde b) os que sabem [por experiência] que aves b.1) fornecem as carnes ligeiras b.2) produzem saúde
8 <1141b 21-22>	A prudência é prática porque deve possuir ambos os conhecimentos [a) o do universal e o do particular com b) mais ênfase no do particular]
X [1141b 23 – 1142a 30]	Modos diferenciados de prudência na esfera política
1 <1141b 24-27>	A prudência no tocante à cidade pode ser a) legislativa em sentido arquitectónico e b) política <segundo a designação comum> no sentido dos casos particulares, tendo esta um carácter b.1) prático e deliberativo
2 <1141b 27-29>	Exemplo poiético [analogia manufactural do campo legislativo // lei = artefacto] >> O decreto político realiza o sentido prático da acção ao extremo: o político actua como um operário manual [= artífice = artesão] na produção de decretos
3 <1141b 31-32>	Tridimensionalidade da prudência: a) económica, b) legiferante e c) política, assumindo nesta uma bidimensionalidade c.1) deliberativa ou judicial
4 <1141b 33 – 1142a 21>	Tipificação e limites da prudência
a (1141b 33 - 1142a 8)	forma de conhecimento do saber de si próprio e das coisas que lhe dizem respeito
b (1142a 9-10)	fundamento relacional: o bem de cada um em si mesmo [= ética] não existe sem esfera 1. económica [= administração da casa] e 2. política [= organização da cidade]
c (1142a 12-13)	os jovens podem tornar-se sábios [= géometras ou matemáticos] mas não prudentes

d (1142a 14-16)	a prudência tem por objecto o particular; o particular é conhecível pela experiência; a experiência requer muito tempo
XI [1142a 31 – b 33]	Qualidades da boa deliberação
1 <1142b 9-15>	A boa deliberação é a) uma deliberação b) dotada de rectitude dianoética para investigar e calcular c) que não é científica nem opinativa
2 <1142b 16-28>	Caracterização da rectitude deliberativa
a (1142b 18-27)	não se trata de 1. calcular bem para atingir um mal [ex. incontinente] porque deliberar bem implica uma deliberação recta que atinge um bem; nem de 2. alcançar o que se deve pelos meios não devidos [ex. pseudo-silogismo prático > atingir o termo do que se deve mediante um termo médio falso]; nem de 3. decidir com rapidez [visto que a rapidez não implica boa deliberação] mas com tempo dilatado
b (1142b 27-28)	a rectitude na boa deliberação consiste 1. numa conformidade com o útil relativamente 2. ao que é devido; 3. ao modo e 4. ao momento
3 <1142b 31-33>	O deliberar rectamente a) é próprio dos prudentes e por isso b) a boa deliberação será b.1) uma rectitude em conformidade ao que convém b.2) relativamente a um fim b.3) de que a prudência é uma conjectura verdadeira
XII [1142b 34 – 1143a 18]	Definição de entendimento
1 <1143a 1-2>	Não se identifica com ciência ou opinião
2 <1143a 6>	Âmbito específico: domínio da dificuldade e da deliberação
3 <1143a 14-15>	Definição específica de compreensão: ajuizar bem sobre as coisas relativas à prudência
XIII [1143a 19-24]	Definição de razoabilidade
1 <1143a 19-20>	Diz-se daquele que por tê-la é compreensivo
2 <1143a 20>	Trata-se de um discernimento recto do equitativo
3 <1143a 21-22>	Chamamos equitativo ao que possui compreensão acerca de certos casos
XIV [1143a 25 – 1144a 36]	Relação da prudência com as disposições dianoéticas supramencionadas
1 <1143a 30-32>	Índole crítica e relacional da prudência: a) saber discernir acerca do que se ocupa o prudente implica ser a.1) entendedor, a.2) sensato ou a.3) compreensivo, porque a b) o equitativo é b.1) comum a todos os homens de bem b.2) na relação de uns com os outros
2 <1143a 32-34>	O prudente tem de conhecer as coisas práticas que têm a ver com o particular

3 <1143b 11-14>	Deve-se prestar atenção às palavras e opiniões indemonstráveis dos experimentados, anciãos e prudentes não menos do que às demonstrações, dado que eles vêm rectamente pelo olho da experiência
XV [1144a 1-29]	Utilidade da prudência
1 <1144a 1-4>	Horizonte poiético > Parece que a prudência não produz nada de concreto, embora de facto realize uma espécie de produção
2 <1144a 6-9>	A prudência “produz” [= “possibilita”] uma obra <humana>
3 <1144a 23-25>	A destreza [= habilidade] é uma faculdade [de índole “poiética”] pela qual estabelece e visa um alvo
4 <1144a 28-29>	A prudência não é destreza [= habilidade], mas não existe sem ela

VECTORES DE DIRECCIONAMENTO HERMENÊUTICO

> manter na periferia da análise

- * focalização na problemática aretiológica da natureza, alcance e interconexão das virtudes

- * relação triádica entre bem / fim / felicidade

> acepção de virtude “a-propriada” > ambiguidade semântica

- * não como propriedade = recurso que se tem para fazer “o” bem [adequacionismo moral]

- * mas como apropriação de si na acção = como obra a-fazer = fazer “bem” auto-realizativo [lógica e relacional > carácter arquitectónico da política] em vista da felicidade [= estar bem]

> 3 instâncias semânticas [“tri-logia”] do agir significativo “com-sentido”

1. Discurso sobre a acção “moral” > dizer o que se faz (descrever, explicar, justificar, teorizar)
2. Realização “deontológica” do discurso > fazer o que se diz (cumprir, efectivar, vincular)
3. Narrativa ética da acção [= acção discursiva] > ler a acção no texto da ontopoiese prudencial [= estocástica – hilemórfica – ergonómica]

> horizonte mesomorfológico [intermediário/mediacional] da prudência

* tríplice sentido de meson > 1. meio através (via) 2. meio entre (conexão) meio em que (estado)

* mesotes = mediedade ontologicamente saturada

* phronesis = activador/operador ontopraxiológico da mediação

> Teleologia imanente/domiciliada > elevação do desejo de perfeição estatuto moral > condição crítica de um estado ético de aperfeiçoamento

* finalidade interna > virtude hábito adquirido > virtude explicitada em eleição [= escolha = airesis] > ponderação [= deliberação = bouleusis] > em vista da decisão [= eleição ponderada // ponderação electiva = proairesis] > círculo inter-remissivo “decidir ter virtude para ser bom” // “ser virtuoso para decidir bem”

* finalidade aberta > desígnio aberto > in fieri até à morte

> A realização da prudência pelo prudente [= phronimos]

* narrativa > texto modo de agir testado e atestado > legibilidade dos critérios explicitados “in vivo” na acção

* paradigma incarnado > fundamento onto-praxiológico exemplaridade vivida > exige uma leitura não mimética [ser como ele / fazer o que ele faz] mas poiética [fazer como ele]

LIÇÃO CONCLUSIVA

ENTRE O VER FAZER E O FAZER VER: A SEMÂNTICA DA ACÇÃO NO DISCURSO VIVIDO DO PRUDENTE EM ARISTÓTELES

Começemos por captar os ecos longínquos do sentido primordial do termo **prudência** [φρονησις] a partir do qual se polariza o foco teórico da presente comunicação, a figura do **prudente** [φρωνιμος]. A tabela que se segue pretende dar conta das flutuações semânticas desse peculiar campo conceptual, procurando recortá-las no horizonte histórico-literário em que foram gradualmente emergindo:

lexema	acepção primordial	emprego derivado	significado
φρον-εω	HOMERUS, <i>Ulysses</i> , 7, 75 HOMERUS, <i>Iias</i> , 17, 286	AESCHYLUS, <i>Agamemnon</i> , 176 SOPHOCLES, <i>Oedipus rex</i> , 617 EURIPIDES, <i>Iphigenia in Aulis</i> , 924 PLAT., <i>HpMi.</i> , 371a; <i>Phlb.</i> , 11b; <i>Phdr.</i> , 266b; <i>Lg.</i> , 712a XENOPHON, <i>Cyropaedia</i> , 5, 44 ISOCRATES, <i>Panegyricus</i> , 50	entender meditar aconselhar reflectir considerar ponderar
φρον-ησις	SOPHOCLES, <i>Oedipus rex</i> , 664; <i>Philoctetes</i> , 1078 EURIPIDES, <i>Supplices mulieres</i> , 216 ----- XENOPHON, <i>Mem.</i> , 1, 2, 10	HERACLITUS, <i>frgm.</i> 2 Diels-Kranz ISOCRATES, <i>Antidosis</i> , 61 ARIST., <i>Metaph.</i> , 1009b 18 ----- ISOCRATES, <i>Panathenaicus</i> , 204; <i>Ad Demonicum</i> , 6, 40; <i>Antidosis</i> , 209 PLAT., <i>Phlb.</i> , 63 a; <i>Smp.</i> , 202 a; 209 a; <i>R.</i> , 461 a; <i>Lg.</i> , 665 d ARIST., <i>EN</i> , 1140a 24; 1141b 23	> faculdade propósito pensamento senso ajuizamento pretensão ----- > tipo de saber sabedoria prática prudência sagacidade
φρων-ιμος	SOPHOCLES, <i>Ajax</i> , 259; <i>Electra</i> , 1058	XENOPHON, <i>Anabasis</i> , 2, 6, 7; <i>Cyropaedia</i> , 1, 6, 15; 3, 3, 57; 5, 2, 17; <i>Symposium</i> , 8, 14; PLAT., <i>La.</i> , 192 e; <i>Phdr.</i> , 235 e; <i>Sph.</i> , 247a; <i>Plt.</i> , 263 d; <i>Grg.</i> , 490 b; <i>R.</i> , 586 d ARIST., <i>HA</i> , 488b15; <i>PA</i> , 648a8; 687a8; <i>GA</i> , 753a11; <i>EN</i> , 1107a 1	discreto circunspecto avisado prudente sensato sabedor

Tentando vislumbrar na sinopse terminológica um denominador comum susceptível de unificar a polissemia da noção, chega-se à conclusão de que existe, desde os alvares da cultura literária grega, uma nítida e forte propensão para vincular semanticamente o termo φρονησις a uma actividade prospectiva [propósito, intenção...] de teor mental e/ou reflexivo [mente, pensamento...], dotada de uma sagacidade crítica de discernimento [compreensão, entendimento, ponderação...] capaz de se modelar decisionariamente às circunstâncias concretas [resolução, desígnio...] mediante experiência adquirida [senso prático...].

Platão e Aristóteles ilustram, cada uma a seu modo, até que ponto é possível inscrever a rica e complexa policromia semântica desse campo terminológico no domínio da actividade filosófica. Ambos partem de um prévio manuseamento clássico (épico, lírico, dramaturgico, historiográfico, retórico, etc.) que vincula ao termo φρονησις um conhecimento prático, associando-lhe uma plurívoca dimensão 1. cognitiva (avaliação das possibilidades e capacidades), 2. crítica (discernimento e escolha dos meios), 3. empírica (assimilação da experiência adquirida), 4. poética (modelação e aplicação à circunstância) e 5. temporal (oportunidade vislumbrada e prospecção antecipada). A interligação destes cinco aspectos é crucial para entender em Aristóteles o alcance de uma “filosofia das coisas humanas” em duas vertentes distintas mas conexas, a saber

1. por um lado, numa vertente fisionómica, a partir da qual se concebe o bem prático não enquanto substância metafísica ou enquanto categoria lógica, mas como presença inscrita “no ser”, cuja expressão discursiva se

desloca de um modelo figurativo de pensatividade lógica para uma manifestação do aspecto facial da acção;

2. por outro lado, numa vertente ergonómica, na base da qual se projecta uma ontologia da acção, cuja formulação se narra não tanto no pensar de uma verdade “sobre” ou “acerca” do agir, mas na onto-poiese de uma verdade-que-se-faz-obra, na linha daquele inciso da *Metaphysica*, tão discreto quanto significativo, segundo o qual a obra é o fim da verdade prática [*Metaph.*, II (α), 1, 993b 21].

A articulação desta dupla dimensão – fisionómica e ergonómica – do bem, revelar-se-á impactante quando Aristóteles tiver que mostrar até que ponto o acto decisionário, eticamente modelável em situações-limite, assenta justamente numa faculdade hilemórfica para modelar materialmente cada experiência decisionária na sua ubicação concreta (*in vivo*), singular (*insólita*) e aberta (*in fieri*) de acordo com a determinação formal para agir racionalmente não só com um “fim em vista” mas também “até ao fim”. Desta feita, parece justo destacar a presença, na praxiologia de Aristóteles, de uma espécie de *continuum* analógico entre, por um lado, o prudente [φρωνιμος] tomado como paradigma incarnado da capacidade estocástica de deliberar bem, e por outro o legislador [νομοθετης] tomado como paradigma vivo da capacidade arquitectónica de plasmar leis universais justas (porque ergonomicamente ajustadas e ajustáveis à indeterminação contingente dos casos particulares).

Nesse sentido, o acto decisionário de modelar o universal no particular, seguindo o curso de uma boa deliberação, assume no indivíduo prudente [φρωνιμος] o “aspecto” [ειδος], a “imagem”, a “forma” de um “paradigma” indutor de eticidade. Com a filosofia prática de Aristóteles, assiste-se, porque não dizê-lo?, a uma espécie de *ethical turn* que consiste, em contexto grego, na superação de um modelo de “exemplarismo moral”, cujo valor se fixa *mimeticamente* no prestígio do agente, para um modelo de “atestação ética”, cujo valor testemunhal [μαρτυριον] se abre *poieticamente* ao *design interior da acção*, suscitando admiração mobilizadora e empatia relacional, através de um desejo de fazer não tal e qual o que se faz mas do modo como se faz. Ao implicar uma espécie de “manufatura” [no sentido de *fazer a acção*], o modo como o indivíduo prudente delibera em contexto decisionário torna-se para os outros um texto legível e, por conseguinte, um explicitador fenomenológico seja da intenção finalística da acção, seja da motivação causal do agente. Ser como o prudente, não para fazer o que faz ou dizer o que ele diz, mas para agir como ele, lendo o que ele diz no modo como faz, eis o preço a pagar pelo belo risco de decidir num horizonte de indeterminação, assumindo a responsabilidade não só pelas *acções feitas* em vista do que se deseja, mas também, e mais importante ainda, pelo modo como *se fazem* na sequência do que se delibera.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*, ed. bilingue, trad. Dimas de ALMEIDA, introd. Manuel J. CARMO FERREIRA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012
- AUBENQUE Pierre, «La prudence aristotélicienne porte-t-elle sur la fin ou sur les moyens? (A propos d'*Eth. Nic.* VI, 10, 1142b 31-33)», *Revue des Études Grecques* (Paris) 78 (1965) 40-5
- AUBENQUE Pierre, *La prudence chez Aristote*, Paris: PUF, 1997 (réed. Quadrigue)
- BARNES Jonathan – BRUNSCHWIG Jacques – FREDE Michael, «Le propre de la prudence», in *Herméneutique et Ontologie. Mélanges en hommage à Pierre Aubenque*, dir. par Rémi BRAGUE et Jean François COURTINE, Paris: PUF, 1990, 79-96
- BROADIE Sarah, «Nature, craft and *phronesis* in Aristotle», in *Philosophical Topics* (Stamford – Conn.) 15 (1987) 2, 35-50
- CABRAL Roque, «Réflexions sur la prudence: Aristote – Saint Thomas, aujourd'hui», in *Tommaso nel suo settimo centenario. Atti del Congresso internazionale, Roma – Napoli 17-24 Aprile 1974, vol. V, L'agire morale*, Napoli: Edizione Domenicani Italiani, 1977, 403-409
- CHATEAU Jean-Yves (org.), *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI*, Paris: Vrin, 1997
- DESMOND William, «*Phronesis* and the categorical imperative», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 27 (1980) 7-15
- DETIENNE Marcel – VERNANT Jean-Pierre, *Les ruses de l'intelligence. La mètis des grecs*, Paris: Flammarion, 2002
- DICTIONNAIRE D'ÉTHIQUE ET DE PHILOSOPHIE MORALE*, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), 584; destacado nosso.
- DREFCINSKI Shane, «Aristotle's fallible *phronimos*», in *Ancient Philosophy* 16 (1996) 1, 139-154

- GLIDDEN David, «Moral vision, *orthos logos*, and the role of the *phronimos*», in *Apeiron* 28 (1995) 4, 103-128
- LORIES Danielle, *Le sens commun et le jugement du "phronimos". Aristote et les stoïciens*, Leuven: Peeters, 1998
- LOUDEN Robert, «What is moral authority? *Eubolia*, *synesis* and *gnome* vs. *phronesis*», in *Ancient Philosophy* 17 (1997) 1, 103-118
- RICOEUR Paul, «À la gloire de la phronésis (Éthique à Nicomaque, Livre VI)», in CHATEAU Jean-Yves (org.), *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI*, Paris: Vrin, 1997, 13-22
- RICOEUR Paul, «Éthique. De la morale à l'éthique et aux éthiques», in http://www.philo.umontreal.ca/documents/cahiers/Ricoeur_MORALE.pdf, 1-11 [// *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), 580-584
- RODRIGO Pierre, «Aristote. Prudence, convenance et situation», in *L'Enseignement Philosophique* (Paris) 42 (1991-1992) 5, 5-17
- WALL John, «*Phronesis* as *Poetic Moral Creativity* in Contemporary Aristotelianism», in *Review of Metaphysics*, 59 (1995) 2, 313-331
- WALL John, «*Phronesis*, *Poetics* and *Moral Creativity*», in *Ethical Theory and Moral Practice*, 6 (2003) 2, 317-341
- ZINGANO Marco, «Deliberação e vontade em Aristóteles», in *Estudos de Ética Antiga*, São Paulo: Discurso Editorial, 2007